

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.201 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2000

Acordo garante medidas contra a sonegação e permite o aumento do salário mínimo

Lideranças partidárias no Congresso chegaram a um consenso para aprovar rapidamente dois projetos que possibilitarão o crescimento da arrecadação federal e, em consequência, o reajuste do piso salarial

Suassuna pede punição para laboratórios

O Brasil precisa agir contra a ambição dos laboratórios farmacêuticos que atuam no país, praticando irregularidades sem sofrer punições, afirma o senador Ney Suassuna.

PÁGINA 6

Tebet: ONGs tentam impedir desenvolvimento

PÁGINA 8



Reunião de lideranças com o relator do Orçamento 2001 propiciou acordo para ampliar a arrecadação federal

Um acordo para aprovar rapidamente dois projetos de combate à sonegação foi definido terça-feira, em reunião das lideranças partidárias no Congresso Nacional. Isso deverá permitir o aumento do salário mínimo para R\$ 180 sem inviabilizar as contas da Previdência Social.

Conforme o relator do Orçamento 2001, senador Amir Lando, houve acordo para aprovação do projeto de lei que flexibiliza o sigilo bancário e da proposta que acaba com brechas legais que tornam possível a elisão fiscal.

PÁGINA 3

Everardo prevê renúncia fiscal de R\$ 13,4 bi com nova Lei de Informática



O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, falou à CAE sobre projeto referente ao setor de informática

PÁGINA 4

CPI do Futebol ouve Juca Kfourri na terça-feira

PÁGINA 3

Lauro teme crescimento rápido do PT

O senador Lauro Campos manifestou o temor de que o Partido dos Trabalhadores esteja caminhando depressa demais rumo ao poder.

PÁGINA 7

Senadores debatem o financiamento público de campanha

O tema dominou o debate em Plenário. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, faz restrições à proposta.

PÁGINAS 2 E 8



Juntamente com o senador Eduardo Suplicy e o deputado Luiz Antônio Fleury, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu terça-feira uma comissão de funcionários do Banespa, que trouxe argumentos contra a privatização do banco.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA - FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1994 (nº 294/93, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, estado do Rio de Janeiro. Parecer nº 270/2000-CE, relator: senador Ney Suassuna, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 1999 (nº 218/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. Parecer nº 272/2000-CE, relator: senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 1999 (nº 121/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 311/2000-CE, relatora: senadora Emilia Fernandes, favorável, com abstenções dos senadores Geraldo Cândido e Jefferson Péres. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 1999 (nº 125/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigüi, estado de São Paulo. Parecer nº 238/2000-CE, relator: senador Jonas Pinheiro, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 1999 (nº 142/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jundiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jundiá, estado de São Paulo. Parecer nº 239/2000-CE, relator: senador Lúdio Coelho, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2000 (nº 110/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lagoa Vermelha, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 730/2000-CE, relatora: senadora Emilia Fernandes, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

ACM faz restrições a custeio público de campanha eleitoral

Na opinião do presidente do Senado, a medida não é suficiente para acabar com irregularidades

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, admitiu terça-feira que a proposta de adoção do financiamento público das campanhas eleitorais vem ganhando terreno no meio parlamentar, mas reiterou sua posição de que a medida não é

suficiente para acabar com irregularidades, conforme argumentam seus defensores.

– A tese vem ganhando adeptos na área política, mas eu acho que o financiamento público não é motivo para acabar com outros tipos de financiamento – afirmou.

Antonio Carlos ressaltou que na opinião pública não existe a mesma receptividade para com a inovação pretendida:

– Cresce entre os políticos a vontade de aprovar o financiamento público, mas o povo não é favorável – assinalou ele.

Hugo Napoleão negociará em nome do PFL eleição da nova Mesa do Senado

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), começará na próxima terça-feira a negociar com os líderes dos demais partidos a composição da futura Mesa do Senado. Ele recebeu uma delegação nesse sentido da bancada de seu partido, em reunião realizada na última terça, e pretende concluir as conversas sobre o tema até 15 de dezembro, quando termina o ano legislativo.

– Recebi plenos poderes para conversar com todos os partidos, guardados princípios partidários como a ética e a compostura – disse Napoleão.

Antes de procurá-los, ele informou que vai ter um encontro com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Até o momento, afirmou Napoleão, a bancada do PFL não chegou a discutir os possíveis integrantes da futura Mesa. “Ninguém falou em nomes nem em vetos”, relatou o senador. Na sua opinião, os desentendimentos ocorridos recentemente entre o PFL e o PMDB em torno da indicação do novo presidente do Senado não prejudicarão as negociações. “Estamos zerando a situação e vai contar o que acontecer daqui para a



Os senadores Hugo Napoleão, Jorge Bornhausen e Antonio Carlos Magalhães, durante encontro realizado na última terça-feira

frente”, afirmou.

Napoleão acrescentou que os senadores de seu partido poderão reivindicar, na formação da Mesa, cargos como os de primeiro-secretário ou primeiro vice-presidente. Ele não afastou, po-

rém, a possibilidade de o PFL vir a indicar candidato à sucessão de Antonio Carlos. “Este não é um assunto descartado, mas não está na Ordem do Dia”, afirmou Napoleão. “Trata-se de uma hipótese remota”, afirmou.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

Quinta-feira
10h – Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Juca Kfouri depõe na CPI do Futebol terça-feira

O jornalista esportivo Juca Kfouri é o próximo convidado a prestar esclarecimentos na CPI do Futebol. Seu depoimento, que terá uma parte pública e outra secreta, está agendado para a próxima terça-feira, dia 21, com início previsto para após o término da Ordem do Dia. Entre outros temas, ele falará sobre negócios envolvendo a transferência de jogadores.

A expectativa do presidente da comissão parlamentar de inquérito, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), é que o jornalista da Rede TV! apresente documentos que sirvam como indícios de irregularidades – como evasão de divisas – envolvendo entidades ou pessoas ligadas ao futebol brasileiro. Ele acrescentou que a convocação foi baseada na afirmação feita por Kfouri na CPI da Nike, da Câmara dos Deputados, de que teria outras informações a prestar se a reunião fosse sigilosa.

Hoje uma equipe de assessores da CPI do Futebol estará no Rio de Janeiro coletando dados sobre a mansão que teria servido de sede para negociação de jogadores entre o ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo, empresários, dirigentes de clubes, doleiros e integrantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A denúncia foi feita pela estudante de Direito Renata Alves. Segundo ela, o local era conhecido como “embaixada”. Os assessores também irão à CBF cobrar a remessa das cópias de contratos de jogadores, já solicitada pela comissão.

A CPI do Futebol também definiu sua agenda para os próximos dias. Na quinta-feira da próxima semana, dia 23, a presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Adrienne de Senna, falará sobre irregularidade nos bingos. No dia 28, haverá reunião administrativa. Em 30 de novembro, a comissão parlamentar de inquérito ouvirá Wanderley Luxemburgo.

Acordo garante recursos para aumento do mínimo

Lideranças partidárias reuniram-se terça-feira e acertaram a aprovação de dois projetos que permitirão aumentar a arrecadação e o reajuste

As lideranças partidárias do Congresso Nacional chegaram a um consenso pela rápida aprovação de medidas que combatam a sonegação, como forma de aumentar a arrecadação e garantir o aumento do salário mínimo. Segundo o relator do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), houve acordo para a aprovação do projeto de lei que flexibiliza o sigilo bancário e o que acaba com brechas legais que tornam possível a elisão fiscal, ou seja, o uso abusivo de brechas na legislação para reduzir os impostos a pagar.

O primeiro projeto permite à Secretaria de Receita Federal investigar contas bancárias de pessoas cujo recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seja incompatível com a renda declarada. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto já foi aprovado pelo Senado e prevê arrecadação extra de R\$ 9



Conforme o acordo fechado entre lideranças partidárias, deve ser aprovado o projeto que flexibiliza o sigilo bancário e o que acaba com a elisão fiscal

bilhões a R\$ 11 bilhões.

O segundo projeto altera o Código Tributário Nacional, acabando com lacunas na legislação que possibilitam um menor pagamento de tributos. De autoria do Poder Executivo, a proposta precisa ser aprovada pelas duas Casas legislativas e ainda não há estimativa sobre o aumento de arrecadação que irá proporcionar.

Há ainda a expectativa de uma de-

cisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pagamento de Imposto de Renda pelos fundos de pensão. Hoje, eles não pagam impostos por força de liminares obtidas na Justiça, sob o argumento de que são empresas de interesse social e, portanto, estariam isentas.

– Mas essa é uma decisão judicial que não depende do Congresso Nacional – afirmou Amir Lando.

Novos cálculos indicam que a União terá em 2001 mais R\$ 2 bi em receitas

O relator-geral do projeto de Orçamento, senador Amir Lando, anunciou que só a reestimativa de arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) aumentará as receitas da União, no ano de 2001, em R\$ 1,3 bilhão. Ele informou ainda que pode incluir nas receitas orçamentárias a multa de R\$ 700 milhões que a Receita Federal aplicou à Embratel devido à tributação de ligações internacionais de 1996 a 1998.

Esses três itens aumentam a previsão de receitas do próximo ano em R\$ 2 bilhões, praticamente o mesmo valor que Amir Lando cortou no projeto orçamentário enviado ao Congresso, que previa a cobrança de R\$ 1,4 bilhão de aposentados do serviço público federal. Durante a reunião com líderes partidários, o relator-geral informou que ainda espera dados consolidados da arrecadação federal e do comportamento da inflação para decidir se vai rever a previsão geral de receitas para 2001.

De qualquer forma, de acordo com Lando, as principais fontes perma-

nentes de receitas para permitir aumento do salário mínimo são os projetos de combate à sonegação e da cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão.

Ele distribuiu quadro aos líderes, baseado em estudos técnicos das consultorias de Orçamento e Fiscalização do Congresso, prevendo que, se os projetos forem aprovados e os fundos de pensão passarem a recolher tri-



Lando ainda não decidiu se vai alterar a previsão de receitas

butos (o STF deve decidir o caso nos próximos dias), a arrecadação do ano que vem subirá no mínimo em R\$ 13 bilhões, contando a nova previsão para CPMF e Cofins e a multa da Embratel.

Nem todo esse dinheiro, no entanto, poderá ser empregado para pagar o salário mínimo, uma vez que há transferências constitucionais, aplicações obrigatórias em educação e vinculações à Seguridade Social.

ALTERNATIVAS DE RECEITAS PARA AUMENTAR O SALÁRIO MÍNIMO		
DESCRIÇÃO	DEPENDÊNCIA	VALOR EM R\$
Flexibilização do sigilo bancário	Já aprovado pelo Senado. Falta aprovação dos deputados	9,0 bilhões
Reestimativa de CPMF e Cofins	Receita tem conseguido derrubar liminares e passou a cobrar Cofins nas refinarias	1,3 bilhão
Multa da Embratel	Empresa foi condenada a pagar	0,7 bilhão
Combate à elisão fiscal	Projeto tramitando na Câmara	não estimado
Cobrança de IR das aplicações dos fundos de pensão	STF está para decidir se eles devem pagar impostos	2 bilhões
Reestimativa geral da arrecadação federal	Depende do comportamento da arrecadação até outubro	ainda não estimado

Fonte: Consultoria da Comissão Mista de Orçamento

PFL assegura votação na Câmara do sigilo bancário

Após a reunião dos representantes partidários do Congresso Nacional com o relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando, para discutir os projetos que podem gerar recursos para o aumento do salário mínimo para até R\$ 180, o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), disse que vai garantir a presença dos parlamentares do seu partido para votar o projeto que flexibiliza o sigilo bancário. “Garanto que o PFL dará *quorum* para essa votação”, afirmou.

Apesar de a iniciativa ser do PFL, alguns líderes tinham receio da reação do partido quanto ao reajuste do salário mínimo para R\$ 180. O projeto sobre o sigilo permite que a Secretaria da Receita Federal tenha acesso às movimentações bancárias de pessoas ou empresas suspeitas de sonegação, devido ao grande pagamento de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

O relator da proposta na Câmara, deputado Ney Lopes (PFL-RN), apresentou substitutivo que pouco altera a situação atual. A idéia é colocar o projeto em regime de urgência e, por acordo, votar a proposta original, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e não o substitutivo de Ney Lopes.

Outros líderes partidários na Câmara também fizeram declarações favoráveis à votação urgente do projeto sobre o sigilo. Aécio Neves (MG), líder do PSDB, afirmou que os líderes vão acertar a retirada de urgência constitucional de alguns projetos, permitindo que entre na Ordem do Dia a proposta que altera o sigilo bancário.

O segundo projeto que os líderes concordaram em votar altera um dos artigos do Código Tributário Nacional para pôr fim à chamada elisão fiscal, ou seja, o uso abusivo de brechas na legislação para reduzir os impostos a pagar. O artigo permite à Receita Federal desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de elisão. É comum grupos empresariais comprarem ou criarem empresas, orientados por planejamento fiscal, com a finalidade de reduzir os impostos de todo o grupo. A proposta, do Executivo, está sendo relatada pelo deputado Eduardo Paes (PTB-RJ).

Renúncia fiscal para informática pode superar R\$ 13 bi

Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, analisa em audiência pública os efeitos do projeto em tramitação na CAE. Ele defende a concessão de incentivos por meio de tratamento aduaneiro diferenciado

Projeções apresentadas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, demonstram que a concessão de incentivos fiscais ao setor de informática, de acordo com o projeto de lei em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pode resultar num total de R\$ 13,4 bilhões de renúncia fiscal até 2009. O cálculo leva em conta o texto do substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que inclui indústrias de monitores de vídeo e de telefonia celular digital entre as beneficiadas pela isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em todo o país.

Caso essas indústrias não sejam incluídas entre as beneficiárias da lei, como proposto no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, a renúncia fiscal referente ao IPI cai para R\$ 9,2 bilhões entre 2000 e 2009.

Porém, a alteração sugerida pelo relator da matéria na CAE tem reflexos na Zona Franca de Manaus (ZFM), que perderia vantagens para atração das empresas, de acordo com os senadores do Amazonas.

Na primeira hipótese, Maciel considerou que os fabricantes de monitores e telefones celulares não escolheriam a ZFM e, na segunda, o secretário considerou que as indústrias só se instalariam na capital do Amazonas em busca da isenção de Imposto de Importação. Assim, no primeiro caso, a renúncia fiscal decorrente dos benefícios da ZFM chegaria a R\$ 6,6 bilhões. Com as indústrias de monitores de vídeo e de telefones celulares digitais, a renúncia de impostos federais na ZFM chegaria a R\$ 15,5 bilhões.

— Diante desses dados, é natural que um assunto dessa natureza en-

volva conflitos federativos, que devem ser tratados na casa legislativa para harmonizar as disputas entre os estados — afirmou Everardo.

Em sua exposição, o secretário também considerou “pouco recomendável” a adoção de incentivos fiscais para fins não arrecadatórios, por causarem distorções. A renúncia fiscal, na sua opinião, só se justifica em circunstâncias em que haja necessidade de redução de disparidades regionais de renda, como acontece no Brasil.

Ele defendeu a concessão de incentivos por meio de tratamento aduaneiro diferenciado, como a criação da alfândega virtual, que desonerou as empresas dos setores de informática, telemática e telecomunicações que firmaram contratos para acelerar e simplificar a importação de componentes. Nesse caso, porém, não existem vantagens



Everardo Maciel, ao lado dos senadores Ney Suassuna e Bello Parga, durante a audiência pública promovida pela CAE

de acordo com a localização, e sim de acordo com uma decisão administrativa da empresa.

Indústrias como a IBM, a Compaq, a Dell Computers, a Hewlett Packard e a Ericsson já adotaram o sistema. Com essas regras, à exceção da Dell, instalada no Rio Grande do Sul, as demais indústrias estão sediadas em São Paulo.

Everardo alertou que as projeções apresentadas são precárias, pois levam em conta um período de tempo longo e indústrias sujeitas a rápidas transformações tecnológicas e até à obsolescência. Os cálculos apresentados prevêem crescimento de 10% ao ano no faturamento das indústrias e um IPI médio de 14,9%.

Trabalhador deve participar dos lucros, diz Everardo

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, defendeu a participação dos trabalhadores nos lucros de empresas beneficiárias de incentivos fiscais. Na sua opinião, essa é uma das maneiras de mitigar o “efeito perverso de concentração de renda da renúncia fiscal em benefício de setores produtivos”.

A posição foi manifestada em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que falou em defesa da emenda apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), incluindo na Lei de Informática a garantia de que os trabalhadores tenham participação nos lucros das indústrias. Maciel esclareceu que não participou da elaboração do projeto da Lei de Informática.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) pediu que o secretário quantificasse o retorno que a sociedade terá em troca da renúncia da arrecadação de impostos, em termos de empregos, tecnologia ou de acesso aos bens produzidos. Everardo afirmou que não possui elementos científicos para avaliar os benefícios da medida e os impactos que teria na concen-



CAE deve votar na terça-feira o substitutivo de Ney Suassuna ao projeto de Lei de Informática

tração de renda.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu emenda que apresentou com o propósito de ampliar a diferença de redução de IPI entre as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e as regiões Sul e Sudeste. Na sua opinião, da maneira como está definida no substitutivo do senador Ney Suassuna, a diferença é insignificante e não assegura condições para que os estados do Nordeste entrem na indústria de informática.

— Somos favoráveis a um diferencial maior que aqueles míseros sete pontos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) — afirmou Souto, que teme que qualquer produto que use *chips* possa vir a ser classificado como bem

de informática.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) pediu que a CAE se pronuncie rapidamente sobre o projeto, pois “o país não pode mais esperar”. Na sua avaliação, a proposta do relator assegura vantagens comparativas aos principais produtos da Zona Franca de Manaus, garantindo condições de desenvolvimento ao Amazonas e competitividade aos demais estados.

Suassuna afirmou, ao final da reunião, que receberá emendas ao seu substitutivo até o final da semana, e colocará seu relatório em votação na próxima terça-feira. Ele acredita que um acordo seria o ideal, mas, se necessário, apresentará suas conclusões e a comissão decidirá pelo voto.

Senadores do Amazonas criticam o substitutivo

Os representantes do estado do Amazonas, senadores Jefferson Péres (PDT), Bernardo Cabral (PFL) e Gilberto Mestrinho (PMDB), manifestaram-se contra o substitutivo do senador Ney Suassuna ao projeto do governo para o setor de informática. Ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, ontem, eles discordaram da inclusão de monitores de vídeo e telefones celulares entre os produtos que podem receber isenção do Imposto de Produtos Industrializados (IPI).

— Somos contra porque querem usá-lo (o substitutivo) para asfixiar a Zona Franca de Manaus — afirmou Mestrinho, para quem a melhor saída seria a discriminação dos produtos que poderão ser beneficiados com os incentivos fiscais. O senador argumentou que, se isso não for feito, a Lei de Informática se transformará em um cobertor para extinguir toda produção eletroeletrônica da Zona Franca.

Mestrinho também questionou a

previsão feita pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, de que a renúncia fiscal será em torno de R\$13 bilhões. “Essa previsão está muito otimista — considero o senador —, porque a evolução tecnológica poderá levar a renúncia a valores incrivelmente superiores”.

Jefferson Péres enfatizou a importância da Zona Franca de Manaus como pólo econômico que, segundo relatou, sem recorrer a financiamentos do BNDES e contando apenas com recursos dos próprios empresários, gerou no ano passado uma receita em torno de US\$ 10 bilhões.

Em resposta a questão levantada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Everardo Maciel admitiu ser favorável ao uso de incentivos fiscais como instrumento para redução de desequilíbrios regionais de renda, destacando serem indiscutíveis os resultados econômicos alcançados com a Zona Franca de Manaus.



Jefferson, Cabral e Mestrinho, representantes do Amazonas, consideram o substitutivo ao projeto de lei prejudicial à Zona Franca de Manaus

Pode subir idade para aposentadoria compulsória

Faixa etária exigida de juízes e funcionários públicos civis aumenta de 70 para 75 anos, conforme proposta do senador Pedro Simon aprovada pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado

O parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com emendas, à proposta de emenda constitucional que amplia de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória de funcionários públicos civis e de magistrados foi aprovado terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC, do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e de outros senadores, já havia sido discutida em Plenário, quando recebeu uma emenda e passou a tramitar conjuntamente com outra PEC de teor similar, esta do senador Ramez Tebet (PMDB-MS),



Na análise da proposta, alguns senadores fizeram críticas, entre outras coisas, ao fato de ela tratar desigualmente juízes e demais servidores

que também recebeu emenda em Plenário. Em seu voto, Suassuna rejeitou as emendas e adotou a pro-

posta original, de Simon, oferecendo quatro novas emendas ao texto. A matéria, que será apreciada

agora pelo Plenário, em primeiro turno, não estará sujeita nessa etapa a novas emendas, segundo José Eduardo Dutra (PT-SE), que votou contra a decisão da comissão. Para ele, a medida deveria tramitar em conjunto com a reforma do Judiciário. Dutra também manifestou o receio de que a emenda provoque a "petrificação das idéias do Direito por incidir diretamente sobre o Judiciário".

O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que apresentou voto contrário em separado, alertou para o risco de definir-se uma regra que não beneficiará todos os servi-

dores igualmente. Isto porque, observou, a PEC permite que os juízes se aposentem após 35 anos de serviço mesmo que tenham apenas cinco anos no cargo.

Já Roberto Requião (PMDB-PR), Tebet, Artur da Távola (PSDB-RJ) e Ney Suassuna destacaram os efeitos positivos da proposta. Suassuna lembrou que a expectativa de vida da população mudou e que muitos cientistas e intelectuais têm sido ejetados de suas funções por conta da legislação atual. Requião disse que as pessoas não podem ter "uma obsolescência programada simplesmente pela idade".

Projeto de lei permite à polícia infiltrar agentes e gravar conversas de suspeitos

O combate ao crime organizado poderá ganhar dois novos aliados: os policiais poderão instalar aparelhos de som e imagem para captar conversas de suspeitos e passarão a ter condições legais para se infiltrar em organizações criminosas na tentativa de



Os novos mecanismos, diz Tuma, "irão ajudar no combate ao crime"

desbaratá-las. Ambas as ações vão depender de autorização judicial. A decisão foi tomada terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável a projeto de lei do Executivo nesse sentido.

O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que "esses instrumentos, de-

vidamente legalizados, irão ajudar no combate ao crime". O projeto segue agora para análise do Plenário. Na exposição de motivos, o ministro da Justiça, José Gregori, esclarece que os mecanismos já vêm sendo utilizados em vários países.

A infiltração de agentes em organizações

criminosas permitirá rastrear informações, destinadas à obtenção de elementos para a apuração de crimes. Já as escutas ambientais serão capazes, conforme o projeto, de identificar delitos como contrabando, tráfico de drogas, retirada ilegal de madeira e atividades do chamado crime organizado.

CARGOS NA PF

A CCJ aprovou ainda parecer favorável a projeto do Executivo que cria 2 mil cargos na Polícia Federal. Tuma, que também relatou a matéria, afirmou que a medida possibilitará à PF cumprir suas funções constitucionais, principalmente com relação ao combate ao narcotráfico. O projeto segue agora para votação em Plenário.

BRIGA DE ANIMAIS

Os responsáveis por brigas de animais previamente treinados, principalmente galos, cães e canários, passarão a ser punidos com maior rigor, de acordo com projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aprovado pela CCJ. Pelo projeto, os contraventores terão a pena, hoje fixada em três meses a um ano, acrescida em um sexto.

Senadores aprovam o fim da exigência de "boa aparência"

Outro projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, este por unanimidade, proíbe o uso da expressão "boa aparência" nos anúncios de emprego e de recrutamento de pessoal. O projeto, de Geraldo Cândido (PT-RJ), obriga também os recrutadores a informar o número de vagas disponíveis e as qualificações exigidas para a função. Como é terminativo, o projeto segue para a Câmara, a não ser que haja requerimento para votação em Plenário de um décimo dos senadores.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que concordou com a idéia do autor de que a expressão é discriminatória.

— Tal conceito, por ser abrangente e subjetivo, pode excluir pessoas com problemas dermatológicos, pessoas obesas ou ainda de certas etnias, notadamente os afro-des-



Para Geraldo Cândido, a expressão tem um caráter discriminatório

cententes — argumenta Cândido.

Valadares lembra também, em seu relatório, que a Constituição, em seus artigos 3º, 5º e 7º, assegura o direito ao trabalho a igualdade de tratamento a todos os brasileiros. "O critério de admissão para as empresas tem que ser ob-

jetivo, de modo que as conotações pessoais devem ser colocadas de lado", acrescentou o relator.

Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou voto em separado, rejeitado pelos integrantes da CCJ, no qual considerou que a obrigatoriedade de os empregadores anunciarem o número de vagas e as qualificações exigidas para o emprego não constitui "instrumento essencial no combate à discriminação".

O texto do projeto estabelece ainda que os infratores da legislação estão sujeitos a multas a serem revertidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Pode mudar prazo para prescrever ação de seguro

Os membros da CCJ aprovaram ainda projeto do Executivo que fixa em seis meses o prazo para prescrição da ação impetrada pelas seguradoras para reaver o valor que tenham pago aos segurados por dano provocado por terceiros. Pelo Código Civil, o prazo atual é de cinco anos, o que acaba prejudicando o segurado, que dispõe de um ano para reclamar das empresas a indenização devida. Ou seja, se a seguradora exerce seu direito em prazo superior a um ano, o responsável pelo dano não pode exigir da sua seguradora o ressarcimento.

Na justificativa do projeto, o ministro da Justiça, José Gregori, argumenta que a distorção "torna ineficaz a garantia oferecida pelo con-

trato de seguro: quando é intentada a ação pela seguradora após certo tempo, o segurado não dispõe de instrumento processual hábil".

ÁGUA PARA REBANHOS

Na reunião de terça-feira, a CCJ acatou parecer favorável, de Francelino Pereira (PFL-MG), a projeto de Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) que desobriga de pagamento pelo uso de recursos hídricos os proprietários de pequenos rebanhos, os piscicultores e pequenos irrigadores. No caso dos primeiros, o projeto exige que a água seja utilizada para matar a sede dos animais.

A modificação altera a Política Nacional de Recursos Hídricos e, segundo o autor do projeto, é motivada pela necessidade de proteção

ao meio ambiente. Segundo Juvêncio, rios e lagos estão sendo deteriorados pela pesca profissional e amadora, e o projeto irá estimular a piscicultura praticada em tanques.

Juvêncio observa que a proposta, se aprovada pelo Plenário e pela Câmara, aumentará a produtividade das culturas irrigadas em áreas não superiores a dois módulos.

Outro projeto aprovado pela CCJ, de Hugo Napoleão (PFL-PI) e com parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA), autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar ao município de Alvorada do Gurguéia (PI) o imóvel reconhecido como Perímetro Irrigado Gurguéia, com área total de 13,5 mil hectares.

Reforma política será debatida na quarta-feira

O presidente da CCJ, José Agripino (PFL-RN), anunciou que os quatro projetos em tramitação na comissão que tratam da reforma política — financiamento público de

campanhas, filiação partidária, publicação de pesquisas eleitorais e arrecadação e aplicação de recursos — serão apreciados na quarta-feira, em reunião convocada exclusivamente para esse fim.



Agripino: pauta incluirá os quatro projetos sobre o tema

Suassuna cobra punições para abusos de laboratórios

Senador diz esperar que um dia o interesse da indústria farmacêutica estrangeira “seja contido em favor da saúde do brasileiro”



“Quantas CPIs teremos ainda de criar?”, indaga Suassuna em relação à indústria farmacêutica

O Brasil precisa agir contra a ambição dos laboratórios farmacêuticos que atuam no país, praticando irregularidades sem sofrer nenhuma sanção das leis nacionais. Com essa tese, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou terça-feira, em Plenário, que os dez maiores laboratórios estrangeiros em atividade no Brasil enviaram para o ex-

terior, entre 1995 e 1999, cerca de US\$ 1,7 bilhão.

Conforme Suassuna, esse é apenas o valor legal da sangria de divisas operada pelo setor farmacêutico estrangeiro. “É claro que os recursos enviados ao exterior são bem mais robustos que esses, porque os laboratórios estrangeiros são useiros e vezeiros na prática chamada *preços de transferência*, pela qual compram de suas matrizes matéria-prima a preços superfaturados”, afirmou o senador.

A prática, de acordo com o senador, é conhecida pelas autoridades brasileiras, pelos laboratórios nacionais, pelos sindicatos de farmácias e drogarias e pela imprensa. “Mas nada é feito a respeito”, lastimou. Conforme Suassuna, ao comprarem de suas matrizes componentes a preços até 1.400% superiores aos praticados no mercado internacional, os laboratórios aumentam ilegalmente sua remessa de dinheiro para o exterior, diminuindo também ilegalmente o lucro tributável no Brasil.

O senador disse que a prática do superfaturamento foi verificada pela CPI dos Medicamentos e amplamente divulgada, sem produzir conseqüências. Ele pediu que o Brasil tenha mais respeito consigo mesmo e imponha sua soberania e suas leis sobre a falta de escrúpulo desses laboratórios. Depois de almejar que um dia o interesse da indústria farmacêutica estrangeira seja contido em favor da saúde do brasileiro, Suassuna indagou: “Quantas CPIs teremos ainda de criar para que chegue esse dia?”

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) considerou importante que o Brasil se conscientize do quanto tem sido explorado. “A gente chega a não acreditar que o país aceite esse tipo de tratamento. E o Brasil, ainda que seja um país grande, forte e rico, vive nessa subserviência, nesse endividamento e nesse déficit crescente”, lamentou. Depois de dizer que há outros setores no país que importam componentes de si mesmos, José Alencar considerou extremamente necessário que as autoridades fazendárias não admitam impunidade nessa área.

Júlio quer definição constitucional sobre as águas subterrâneas

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) anunciou a apresentação de proposta de emenda constitucional (PEC) transferindo à União os mananciais de água subterrâneos que extravasem o território dos estados. Segundo o senador, a Constituição, no artigo 20, inclui entre os bens da União os



Júlio Eduardo: texto atual não estabelece um critério claro

terráneos que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países ou cruzem as fronteiras do Brasil, mas não deixa claro o critério a ser adotado em relação às reservas subterrâneas.

— Ao definir, sem deixar margem de dúvida, a titularidade das águas subterrâneas, a alteração proposta levará segurança jurídica e imporá responsabilidade administrativa adequada ao gerenciamento dos recursos hídricos e à outorga de direitos — disse Júlio Eduardo. Ele observou que a Constituição, no artigo 26, relaciona, entre os bens dos estados, “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito”. Alguns intér-

pretos do texto constitucional tendem a considerar que essa titularidade é limitada apenas às águas de qualquer natureza circunscritas ao território de cada um dos entes da Federação. Ocorre que há divergências em relação a esse entendimento, o que levou área técnica do Minis-

tério Público Federal a sugerir a apresentação da PEC. A mudança foi apoiada por uma “rede de colaboradores” de Júlio Eduardo.

Conforme o senador, os últimos anos confirmam a tendência de escassez de água para o consumo e a poluição que recebem os cursos d’água. Dados da Organização das Nações Unidas mostram que apenas 2,8% das águas do planeta são do tipo doce, e somente 0,6% correm em leitos superficiais e subterrâneos. Na opinião do senador, esse quadro é preocupante e indica a necessidade de instrumentos legais eficazes destinados a bem utilizar os mananciais disponíveis e recuperar os que foram degradados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Senador Júlio Eduardo e a presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, Hitomi Miura, falam da maternidade segura e saúde reprodutiva
7h30 — *Entrevista* — Senador Ramez Tebet fala sobre a reforma política
8h — *Especial* — A Carta
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil—Colônia na TV — Fausto e pobreza das minas
9h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
9h30 — *Entrevista* — Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista* — Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública
19h — *Especial* — A Carta
19h30 — *Cidadania* — Senador Júlio Eduardo e a presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, Hitomi Miura, falam da maternidade segura e saúde reprodutiva

20h30 — *Entrevista* — Senador Ramez Tebet fala sobre a reforma política
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsaf: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica — Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



Edmilson Batista Jesus, de Feira de Santana (BA), pergunta

Senador Roberto Freire (PPS-PE) responde

“Do que trata o projeto de lei que põe fim às prisões especiais?”

Todos os países do mundo convivem com absurdos legais. Entretanto, alguns desses absurdos são gritantes e entram em choque com a própria concepção da igualdade de direitos. O instituto da prisão especial, estabelecido em nosso Código de Processo Penal em 1941, pode ser enquadrado nessa categoria.

A prisão especial, talvez existente apenas no Brasil, transformou-se em um benefício descarado para setores da sociedade melhor informados e aquinhoados financeiramente. Antes da condenação definitiva, hoje podem ser recolhidos em celas especiais: portadores de diplomas de curso superior, parlamentares, padres e pastores, ministros, secretários de Estado, fiscais de vigilância, vigilantes, oficiais da Marinha Mercante, sindicalistas, pilotos de aeronaves, juiz de paz, membros da Defensoria Pública, professores de 1º e 2º graus e até cidadãos inscritos em desconhecidos “livros de mérito”.

Ora, do ponto de vista da democracia, ter diploma de nível superior e exercer profissões ou funções relevantes não pode se converter em beneplácito quando do cometimento de crimes e ilícitos. A prisão especial inverte tudo: os penalizados são exatamente os analfabetos e os pobres, que não contaram com o favorecimento do acesso à educação. A estes estão destinadas desde logo as dependências mais miseráveis do nosso já miserável sistema carcerário, mesmo que posteriormente possam ser declarados inocentes.

Por meio do projeto que apresentamos, resgatamos o princípio da moralidade da lei. Poderiam ser recolhidos em dependência separada (e não mais em cela especial) apenas aqueles que pudessem ter a sua integridade física colocada em risco, em função dos cargos exercidos, ou a critério da autoridade judicial.

A proposta já foi vergonhosamente rejeitada em plenário uma vez. Esperamos que agora o sentimento democrático de uma maioria prevaleça. Afinal, queremos um eficiente e moderno sistema carcerário no Brasil, e sem privilégios.

Alcântara defende novos cálculos para o Fundef

Ele diz que, por causa dos critérios adotados pela União, só o Ceará terá de devolver R\$ 25,3 milhões em recursos para a área educacional

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu em Plenário, terça-feira, o aperfeiçoamento dos cálculos para o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ele criticou a portaria do Ministério da Fazenda que obriga os municípios a efetuarem, de imediato, a devolução de parte dos recursos do fundo.

De acordo com o senador, a devolução é decorrente dos ajustes, realizados com base na arrecadação das receitas vinculadas ao Fundef. O problema, porém, é a pressa do governo para a dedução dos valores repassados.

— As dificuldades provocadas por uma redução tão drástica dos recursos esperados são imensas — afirmou, revelando que os estados do Nordeste terão que devolver R\$ 47,7 milhões e só os municípios do Ceará respondem por R\$ 25,3 milhões. Ele rebateu o argumento de que os recursos do Fundef sejam operações de crédito, o que impediria o enquadramento, dos municípios, na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alcântara criticou também a



Lúcio Alcântara também criticou a privatização da Rede Ferroviária e o controle exercido pelo governo sobre as empresas que atuam no setor

privatização da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), realizada, a seu ver, açodadamente. Ele afirmou que as empresas que venceram as licitações não têm cumprido a as metas traçadas, ao mesmo tempo em que se multiplicam os acidentes nas ferrovias brasileiras. E classificou de “extremamente frágil” o controle do governo sobre as empresas que administram o sistema ferroviário no país.

O senador alertou para a possibilidade de ocorrer o mesmo com

o sistema de abastecimento de água. Para o senador, que admite ter dúvidas sobre o processo de privatização do sistema de abastecimento, somente um rigoroso controle e a fiscalização severa poderiam evitar novos dissabores, dessa vez em algo fundamental para a vida e a saúde.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apoiou Lúcio Alcântara e denunciou a falta de repasse, por parte do governo do Paraná, dos recursos do Fundef.

Lauro Campos teme que o PT cresça rápido demais

O senador Lauro Campos (PT-DF) analisou o crescimento do PT nas últimas eleições e disse temer que o partido esteja caminhando depressa demais para o poder. Ele fez um alerta para que os dirigentes não se prestem a ser os “administradores do impossível”, referindo-se à impossibilidade de pagar a dívida externa e equilibrar o Orçamento.

Dizendo se basear em mais de quatro décadas de estudo das crises do capitalismo, Lauro Campos previu que nos próximos cinco anos esse sistema vai mostrar suas entranhas e a profundidade da crise. Para ele, o PT deve estar preparado para enfrentar tal desafio.

— O poder será diferente quando



Lauro: “O poder será muito pouco diferente se trocarmos a reflexão pela ambição”

o PT lá estiver, mas será muito pouco diferente, se trocarmos a reflexão pela ambição e nos açodarmos na conquista do poder. As eleições e o poder são sereias muito perigosas — alertou ele.

O senador disse sentir saudades dos primeiros anos do PT, quando ele ia debater com a popula-

ção na periferia de Brasília. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, em aparte, o trabalho de Lauro Campos. “Tive a oportunidade de desfrutar não apenas do seu conhecimento histórico e de teoria econômica, mas, sobretudo, de sua extraordinária atitude de procurar realizar justiça para a Humanidade”, disse.

Renovadas concessões para rádios de SP, RS e RJ

O Senado Federal decidiu terça-feira renovar, por meio de decreto legislativo, a concessão das rádios Difusora de Taubaté (SP); Fundação Cultural de Aratiba (RS); Uirapuru, de Birigüi (SP); Cidade Jundiá (SP); e Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS).

Também foi renovada a permissão da rádio Difusora Porto Real, para explorar serviço de radiodifusão sonora no município de Resende, no Rio de Janeiro.

O Bloco Oposição absteve-se, liderado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em protesto pela não-regulamentação da Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988.

Hartung quer melhorar a arrecadação municipal

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) revelou terça-feira sua preocupação com a situação financeira precária em que vivem os municípios, mas manifestou-se contrário à reivindicação apresentada pelos prefeitos, reunidos em Brasília na semana passada, de obter o adiamento da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. “A solução passa pela ajuda, aos municípios, para aumentar a arrecadação e melhorar sua gestão financeira”, afirmou.

Hartung relatou ter proposto, em audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) participem da execução do Programa de Modernização Tributária e de Gestão (PMAT), atualmente restrito ao BNDES. O programa concede linha de crédito para as prefeituras reaparelharem e dinamizarem a administração tributária, explicou ele.

Segundo Hartung, a extensão do programa ao BB e à CEF apresentará uma medida importante para desburocratizar o PMAT, tornando-o mais próximo dos prefeitos e de suas administrações. Além disso, o programa pode ser o ponto de partida de uma agenda positiva para



Paulo Hartung propõe que o BB e a CEF participem do programa de modernização da gestão municipal

que o governo federal auxilie as prefeituras, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal veio exigir, do administrador municipal, mais austeridade nos gastos públicos.

Para o senador, é inconcebível que o governo federal continue sem uma agenda que encare de frente os problemas dos municípios para promover seu desenvolvimento, nesse momento em que os novos prefeitos eleitos se preparam para tomar posse. “Cerca de 80% dos brasileiros vivem em cidades e as prefeituras estão sendo chamadas, cada dia mais, a adotarem políticas para gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida do cidadão”, observou Paulo Hartung.

Suplicy registra visita a ACM de comissão contra venda do Banespa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou terça-feira a visita feita ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por uma comissão formada por representantes da Associação dos Funcionários do Banespa e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, e por parlamentares. A comissão entregou a Antonio Carlos documento expondo os motivos contrários à privatização do banco.

As entidades signatárias do documento solicitam a intervenção do presidente do Senado junto ao governo para que seja suspenso o processo de privatização do Banespa, bem como a restrição da participação de capital estrangeiro no leilão.

Antonio Carlos Magalhães explicou que ainda não leu o dossiê,



Suplicy informou que Antonio Carlos recebeu documento com argumentos contra a privatização

mas que o faria ainda na terça para tomar, com a maior brevidade possível, as providências que lhe couberem.

Tebet acusa ONGs de tentarem impedir crescimento do país

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse na terça-feira que algumas organizações não-governamentais estão tentando impedir o desenvolvimento do país. Exemplo disso seria o posicionamento de algumas delas, que não teriam “nenhum sentimento de brasilidade” e obedeceriam a “interesses estrangeiros”, contrários às obras que permitirão a navegação pelo rio Paraguai. A intenção dessas ONGs, para Tebet, é evitar que o Brasil tenha condições competitivas no mercado globalizado.

O reconhecimento do Pantanal pela Unesco serviu, de acordo com o senador, para que as ONGs voltassem à carga e conseguissem embarcar na Justiça as obras no trecho do rio que passa em Cáceres. “Nem obras de sinalização elas aceitam”, reclamou. O reconhecimento da Unesco é motivo de comemoração, afirmou, mas é intolerável que esteja sendo usado por algumas ONGs



Tebet aponta falta de brasilidade e obediência a interesses estrangeiros

para resistir às necessárias melhorias na “navegabilidade secular” do rio Paraguai.

Em apoio, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) disse que Tebet, em seu pronunciamento, fazia justiça à história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, mais ainda, “àqueles que habitam e preservam o Pantanal desde sempre”. Reiterando seu apoio a Tebet, Antero de Barros afirmou que a hidrovia existe e já é utilizada. Quanto ao embargo judicial, esclareceu que não se refere à obra perto de Cáceres, mas a uma audiência pública para discutir se a tese das ONGs contrárias à hidrovia é válida ou não. O projeto de navegabilidade, ao contrário do que muitos órgãos de imprensa têm divulgado, não prevê qualquer correção da calha do rio, assegurou. Com a concordância de Tebet a seu aparte, Antero reiterou que a hidrovia preserva o Pantanal e viabiliza o Mercosul, integrando o Centro-Oeste ao mercado regional.

Lobão analisa as relações entre governo e oposição

O senador Edison Lobão (PFL-MA) analisou na terça-feira a relação entre governo e oposição. Ele afirmou que não existe governo isento de críticas e lembrou de um discurso proferido pelo então deputado Amaral Neto, um dos líderes do governo militar à



“Não existe governo isento de críticas”, afirma Edison Lobão

época. Segundo Lobão, Amaral fez um discurso de crítica dura ao governo, causando perplexidade aos demais parlamentares, mas, ao final, explicou que aquele pronunciamento fora feito por opositores do governo Juscelino Kubitschek.

Lobão comparou as recentes vitórias do PT nas eleições municipais à vitória do PMDB durante o governo militar, quando elegeu a grande maioria dos senadores. Ele lembrou que Ulysses Guimarães classificou o fenômeno como uma “trombad’água política” e disse que é bom para o PT ter a experiência, agora, de lidar com problemas.

de da economia e do fim da inflação. Afirmou ainda que existe incompetência por parte de quem negocia a rolagem da dívida brasileira com taxas de juros tão altas.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a discussão hoje não passa pela relação entre governo e oposição, e sim pelo conflito entre o Brasil produtivo e o especulativo. “É o modelo que a base do governo apóia é o que privilegia o especulativo.” Dutra disse ainda que não está “de salto alto” em relação ao crescimento do PT nas eleições municipais, pois entende que esse avanço pode mudar na próxima eleição.

Plenário debate financiamento público de campanhas eleitorais

A denúncia de existência de “caixa dois” no comitê de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso motivou debate em Plenário, na terça-feira, sobre o

financiamento público de campanhas. José Eduardo Dutra, José Alencar e Ademir Andrade destacaram a necessidade de esclarecer a população sobre a medida.

Dutra espera moralização e mais igualdade

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a necessidade urgente de aprovação do projeto de lei que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, em discussão no Senado desde 1995. Ele informou que o assunto deverá entrar na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na quarta-feira.

Para Dutra, a matéria publicada na *Folha de S. Paulo* sobre denúncias de existência de contribuições não declaradas à Justiça Eleitoral na campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso é mais um argumento forte em favor do financiamento público exclusivo das campanhas. “É evidente que isso não será um passe de mágica impedindo todo tipo de corrupção, mas certamente irá moralizar bastante as campanhas”, argumentou.

O senador reconheceu que a opinião pública é contrária à medida, por entender que, se não há dinheiro suficiente para educação e saúde, fica difícil admitir a cessão de R\$ 700 milhões para campanhas políticas. Dutra considera fundamental esclarecer que, com o atual sistema, “as doações privadas funcionam como investimento em lucros futuros, a serem obtidos em obras públicas ou contratos”.

Segundo o senador, há vários outros argumentos poderosos em favor do financiamento público, tais como assegurar um mínimo de igualdade de competição entre os candidatos e facilitar a fiscalização por meio da divulgação antecipada do valor do fundo para cada partido. “Uma campanha rica demais logo se destacará pelos chamados sinais exteriores de riqueza”, disse.



Dutra: combate à corrupção sem passe de mágica

Alencar: se o povo entender, o Congresso aprova

Ao elogiar a preocupação e a maneira como o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) abordou a proposta de financiamento público



Alencar: país convive com atividades fora da lei

das campanhas eleitorais, o senador José Alencar (PMDB-MG) afirmou que, se estiver sintonizado com seu senador, o PT poderá contribuir para o esclarecimento da sociedade sobre o assunto. Se a população entender e aceitar a medida, que Alencar acredita importante para combater inúmeras ilegalidades, o Congresso votará o financiamento público o mais rápido possível.

Por enquanto, José Alencar avalia que a população, compreensivelmente, rejeita a proposta. Afinal, disse, faltam recursos para saneamento de um pequeno município, para pagar salários menos aviltantes aos professores e para instalar ambulatórios. Por outro lado, acrescentou, mesmo trabalhando com a premissa de que o financiamento público não eliminará o “caixa dois”, é importante medida para combater a sonegação e assegurar a isonomia entre os candidatos.

– Infelizmente estamos, até historicamente, vivendo num país que aceita a convivência com atividades fora da lei – lamentou.

Alencar deu o exemplo da abertura comercial que decorreu da globalização. No Brasil, essa abertura significou “escancarar as fronteiras para o contrabando” e falta de controle sobre o real custo das atividades exportadoras e importadoras. Daí, na sua opinião, o recorrente superfaturamento por parte das empresas multinacionais, que importam e exportam para si mesmas e provocam uma “verdadeira sangria” dos recursos nacionais.

Ademir defende um amplo esclarecimento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a denúncia de irregularidades nas contas da campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra que esta é a hora de o Congresso aprovar a lei que institui o financiamento público de campanha.

Ademir concorda que o povo ainda não compreende a destinação de dinheiro público para campanhas eleitorais, por isso defendeu um amplo esclarecimento sobre os benefícios desse financiamento. Os eleitores precisam saber, disse o senador, que o empresário que financia determinado candidato com certeza cobra a fatura depois em forma de projetos que o favoreçam.

– Muitos políticos são eleitos compromissados com essa elite que os financiou – observou. É dessa forma, afirmou Ademir, que o Brasil tem hoje um Congresso “extremamente conservador, que recusa propostas inovadoras ou que beneficiem a maioria da população”. O parlamentar acredita que o financiamento público poderá trazer ao Congresso representantes que estejam mais de acordo com as aspirações da população.

Ademir declarou ainda que o povo precisa saber que o governo reserva quantias muito maiores para o pagamento da dívida externa, por exemplo, do que para investimentos sociais. Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) disse que vários outros presidentes também contraíram empréstimos no exterior. José Eduardo Dutra (PT-SE) rebateu afirmando que a diferença entre essas dívidas e a atual é que os outros presidentes investiram em infra-estrutura e hoje “não se aplica em nada”.



Ademir: é hora de o Congresso Nacional aprovar a lei